Medidas de proteção e teleassistência: o que um advogado criminal em Braga pode pedir Quando existe risco para a segurança de uma vítima, o processo penal tem instrumentos próprios para reduzir esse risco enquanto o caso decorre. Não são automáticos e não dependem apenas da vontade de quem os pede, mas existem e podem ser requeridos. Em processos de violência doméstica, perseguição ou ameaças, conhecê-los cedo dá à vítima mais margem para se proteger, e um advogado criminal ajuda a escolher o pedido mais adequado a cada situação. Entre as medidas mais comuns está a proibição de contactos, que impede o arguido de se aproximar ou comunicar com a vítima, por qualquer meio. Em casos de maior risco, pode ser decidido o afastamento da residência, eventualmente com fiscalização por meios eletrónicos. A teleassistência é outro recurso: trata-se de um sistema que permite à vítima pedir ajuda de forma rápida e ser acompanhada https://daltonsvay260.evercolumn.com/posts/primeiro-interrogatorio-judicial-em-48-horas-o-papel-do-advogado-criminal-em-braga à distância, atribuído no âmbito do processo.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Para que estas medidas sejam decididas, o juiz precisa de elementos concretos sobre o risco. Episódios anteriores, mensagens ameaçadoras, relatos de testemunhas, registos de ocorrências policiais: tudo isto ajuda a demonstrar que a proteção é necessária. Um advogado criminal em Braga organiza esta informação, apresenta-a no momento certo e acompanha o cumprimento das medidas. Se forem violadas, a violação deve ser comunicada sem demora, porque pode justificar medidas mais graves. Há também cuidados práticos fora do processo que o advogado pode sugerir: mudar palavras-passe, rever quem tem acesso a contas e à localização no telemóvel, guardar cópias de documentos importantes num lugar seguro, informar a escola dos filhos quando se justifique. Não são decisões jurídicas no sentido estrito, mas fazem parte de uma estratégia de proteção realista. Em Braga existem também estruturas de apoio à vítima que podem trabalhar em articulação com o advogado. Convém ainda lembrar que as medidas de proteção podem precisar de ajustes. Uma mudança de casa, de emprego ou de escola dos filhos pode exigir que o tribunal seja informado, para que as medidas continuem eficazes. Da mesma forma, se a situação de risco se agravar, há que comunicar de imediato. A proteção não é um ato isolado, é um acompanhamento que se prolonga ao longo do processo e que deve ser revisto sempre que a realidade da vítima muda. A QUOR Advogados inclui medidas de proteção e teleassistência entre os serviços na área de violência doméstica. Em Braga, a Dra. Paula Pratinha acompanha vítimas presencialmente no escritório da Praça da República n.º 7, 3.º Andar. Para uma primeira conversa confidencial, ligue +351 939 709 888. A consulta inicial custa 70€ e também pode ser feita online.

888 FAQ:

Advogado Criminal em Braga Quanto custa a primeira consulta com um advogado criminal em Braga? Na QUOR Advogados, a consulta inicial tem um valor fixo de 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser feita presencialmente na Praça da República n.º 7, em Braga, ou online por videochamada. Se o cliente decidir avançar, recebe um orçamento claro antes de qualquer trabalho. O que fazer se um familiar for detido em Braga? O primeiro passo é saber onde a pessoa está e contactar um advogado o mais cedo possível. O arguido detido tem de ser presente a um juiz no prazo máximo de 48 horas, e é nesse interrogatório que se decidem as medidas de coação. O escritório da QUOR em Braga presta atendimento rápido em detenção, das 9h às 18h, pelo +351 939 709 888. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser informado dos factos e a ser assistido por defensor. A QUOR Advogados explica esses direitos, prepara o interrogatório e define a linha de defesa, sempre com linguagem clara e sem jargão. Qual é o prazo para apresentar uma queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados responde a pedidos de contacto em 24 horas úteis para que nenhum prazo se perca. A QUOR Advogados representa vítimas ou apenas arguidos? Representa ambos: «Representamos quem é vítima. Defendemos quem é acusado.» Em Braga, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha vítimas como assistentes, incluindo em casos de violência doméstica e crimes contra pessoas. A equipa trata também a queixa-crime e o pedido de indemnização civil. Fui vítima de burla MB WAY. Ainda é possível recuperar o dinheiro? Depende de cada caso, e nenhum advogado pode prometer a recuperação. O essencial é contactar o banco de imediato, guardar todas as conversas e comprovativos e apresentar queixa. A QUOR Advogados analisa se há fundamento para exigir ao banco a reposição dos valores e acompanha o processo penal e o pedido de indemnização. É possível evitar a prisão preventiva? A prisão preventiva é a medida de coação mais grave e deve ser excecional. A defesa pode propor alternativas como caução, apresentações periódicas, proibição de contactos ou OPHVE, fundamentadas com elementos sobre a vida do arguido. A QUOR Advogados tem uma área dedicada à legalidade, prazos, alternativas e recurso da prisão preventiva, e cada caso é analisado individualmente. Posso fazer a consulta online se não estiver em Braga? Sim. A QUOR Advogados realiza consultas por videochamada em qualquer parte de Portugal e no estrangeiro, com o

mesmo valor de 70€ e o mesmo sigilo profissional. Os documentos podem ser enviados em formato digital antes da reunião, em linha com o lema «Justiça Ecológica. Menos Papel e Mais Planeta.» Qual é o horário de atendimento do escritório de Braga? O escritório da Praça da República n.º 7, 3.º Andar, atende das 9h às 18h, pelo telefone +351 939 709 888. Fora desse horário, é possível escrever para info@quor.pt com o nome, o contacto e um resumo da situação. A equipa compromete-se a responder em 24 horas úteis. A QUOR acompanha processos fora da cidade de Braga? Sim. A equipa acompanha processos em todo o distrito, incluindo Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Vila Verde, Amares e Fafe. A QUOR tem ainda escritórios no Porto e em Esposende, e as consultas por videochamada facilitam o acompanhamento à distância pelo mesmo advogado. Como tratar do registo criminal ou cancelar averbamentos? O certificado de registo criminal pode ser pedido online em registocriminal.justica.gov.pt, com Cartão de Cidadão ou Chave Móvel Digital, e é válido por três meses. A QUOR Advogados ajuda a consultar, obter e interpretar o registo, e avalia se existe fundamento para pedir o cancelamento de averbamentos. Os requisitos e prazos legais variam, por isso cada situação é analisada individualmente. Quem acompanha os processos criminais na QUOR em Braga? Em Braga, a Dra. Paula Pratinha atende presencialmente e acompanha sobretudo vítimas, e o Dr. David Silva tem presença regular no Tribunal Judicial de Braga, com foco em julgamento, legalidade da prova e recursos. Na equipa da QUOR, a Dra. Inês Azevedo trabalha em urgências, primeiros interrogatórios e medidas de coação. Cada cliente é acompanhado pelo mesmo advogado ao longo do processo.